



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Empresas JOGAM TRABALHADORES contra o Sinttel-ES para não ter que reajustar salários e aluguel de carros; pagar PPR e produtividade

Diante desse total desrespeito da Telemont e demais prestadoras aos/as trabalhadores/as, o Sinttel-ES esclarece:

Esse jogo de empurra começou em 31 de agosto/2015, após o SINTTEL-ES ingressar contra a TELEMONT com uma Ação de Cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2015/2016) na Justiça do Trabalho.

O Sinttel-ES pediu à Justiça do Trabalho que obrigasse a Telemont a adotar a CCT. Isso aconteceu porque os trabalhadores, em assembleia, decidiram não aceitar a proposta de Acordo Coletivo 2015/2016 feita pela Telemont.

Como permanecia o impasse, pois a empresa não melhorava a proposta que a categoria havia rejeitado, o Sinttel-ES - cumprindo a decisão da assembleia - adotou a CCT 2015/2016 - que foi negociada com o sindicato das empresas (SINTAL), do qual a Telemont faz parte. Essa convenção vinha sendo negociada desde 2011, valendo para o Brasil todo.

O Sinttel só fez isso, naquele momento, porque as cláusulas estabelecidas na CCT2015/2016 eram MAIS BENÉFICAS para os trabalhadores. Os PISOS SALARIAIS POR FUNÇÃO ESTAVAM MELHORES. Nos anos anteriores, a situação era inversa: os Acordos Coletivos com a Telemont é que eram mais benéficos.

TELEMONT E O SACO DE MALDADES

A empresa não fez nenhum reajuste, até que no dia 02 de dezembro/2015 a Justiça do Trabalho determinou que ela aplicasse nos salários e benefícios

8,42%, o mesmo índice que ela havia proposto em Julho/2015. A Telemont cumpriu. Mas até agora, foi só. O resto foi pressão e humilhação.

Desde então, a Telemont não aceita negociar mais nada com o Sinttel, prejudicando em muito os/as empregados/as e ainda joga a culpa pela sua prepotência e crueldade no Sindicato.

Por pirraça, vingança e ódio, a TELEMONT vem impondo o ARROCHO para todos os trabalhadores no ES, na tentativa de que o Sinttel retire a ação. Em outros estados ela fez os reajustes, os mesmos aprovados pelos trabalhadores aqui no ES, na CCT 2016/2017: 05% em SET e 5% em DEZ/2016.

NÃO PODEMOS RECUAR

Na sentença do Juiz da 8ª Vara do Trabalho determinando que à Telemont cumpra a CCT/2015/2016, também PROIBIU o Sindicato de fazer Acordos ou Convenções que fossem MENOS BENÉFICAS que a CCT 2015/2016. Veja o que ele disse: **“Aliás, para evitar que minha decisão seja instrumento de politicagem das mais baixas, proibirei o SINTTEL de celebrar Acordo Coletivo de Trabalho com outra empresa sem oferecer condições idênticas à essa que determino que seja feita com a Telemont.”**

Essa é a verdade! A Telemont age de má fé. Quer impor salários miseráveis, custe o que custar!



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Tudo para não pagar os pisos por função

A maioria das empresas prestadoras de serviço em Telecom NÃO CUMPRE A CCT E NÃO PAGA OS PISOS POR FUNÇÃO

A Telemont e suas aliadas de ocasião vêm agindo em duas frentes: internamente, contra os empregados e externamente, contra o Sinttel-ES.

Contra os empregados tem a escala escravagista, o não pagamento da produtividade, não reajuste do aluguel dos carros, não pagamento do PPR. Ainda tem as listas feitas sob a chibata dos supervisores e gerentes, as advertências, os balões, os atrasos de pagamento de salário, do INSS, do FGTS e etc.

A última jogada foi contra o Sinttel-ES.

Pressionado pelas empresas, o Sinstal (Sindicato Patronal) entrou na Justiça do Trabalho com um pedido de Dissídio Coletivo contra o Sinttel-ES.

Inventaram que o Sinttel-ES se recusou a discutir uma Convenção Coletiva que eles chamam de **“CCT Rede Externa, data base Maio”** assinada com os sindicatos lá da região centro-oeste. Até o ano passado, não havia essa CCT. A Telemont fazia Acordos e espertamente transformou os acordos em CCT.

Acusam o Sinttel de levar para a assembleia dos trabalhadores aqui do ES uma outra Convenção Coletiva, que eles chamam de **“CCT Rede Interna e Equipamentos”, data base Abril**, mas que não vale para os trabalhadores do ES.

Acontece que é essa a CCT2016/2017 que Sinttel negocia com o Sinstal desde 2011.

Ou seja, as empresas, querem

enganar a justiça com informações mentirosas. Vão à justiça na maior cara de pau e de forma leviana acusar o Sinttel-ES.

Essas duas CCTs são praticamente iguais nos reajustes (5% em maio/abril e 5% em dezembro/2016), no tíquete, nos benefícios e etc. A ÚNICA DIFERENÇA é o piso por função dos trabalhadores de rede externa: IRLA, instalador, cabista, técnico de telecomunicações, ADSL, entre outras.

Numa CCT é essa merreca que todos recebem. Na outra, um pouco melhor, mas nem tanto quanto os trabalhadores merecem. Mesmo assim, as empresas fazem de tudo para não pagar.

Reajuste Já!

Os trabalhadores exigem respeito e cobram a aplicação das CCTs das prestadoras de serviço de 2015/2016 e 2016/2017 negociada entre o Sinttel-ES e o Sinstal

- Reajuste salarial imediato dos pisos salariais por função
- Reajuste do aluguel dos carros agregados. Em algumas empresas, o último reajuste foi em 2014
- Pagamento de PPR

O SINTTEL-ES também tem ação de cumprimento na Justiça contra as empresas:

MR TEL
MF NET
HTC TELECOM
CENTEL
GESILVA
TELEMONT
SITE
HALLEN
ROCHAS

Audiências já foram realizadas



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Sinttel-ES

Nossa Opinião: PMDB e Oi, bilhões de irresponsabilidade

Os brasileiros, e os fluminenses em particular, têm convivido no último ano com medidas absurdas do (des)governo do PMDB em âmbito federal e estadual. O governo golpista de Temer, pretende fazer o país retroceder vinte anos com a Proposta de Emenda Constitucional 241, hoje 55, a chamada PEC da Morte, cuja meta é reduzir os investimentos em saúde, educação, segurança a 14% do PIB. Esse percentual equivale ao de países como a Guatemala, Irã, Sudão, Congo, Bangladesh, que possuem gigantescas desigualdades sociais. Segundo o próprio Fundo Monetário Internacional, apenas 11 países de 191 pesquisados, em 2014, tinham gastos públicos menores ou iguais a 16%. Se essa PEC vier a se tornar realidade, estaremos na contramão do mundo.

No âmbito estadual o governo Pezão/Dornelles ataca a população com um pacote de maldades que atingirá os mais pobres com o fim dos Restaurantes Populares e do Aluguel Social; os servidores, com redução em 30% do valor das aposentadorias e dos salários, além da população em geral com aumento da conta de luz, do telefone, da gasolina. E enquanto joga a conta para o povo, o governo do PMDB mantém as isenções fiscais para os amigos empresários, que já provocaram um rombo de R\$ 160 bilhões nos cofres públicos. Só para se ter uma ideia do que esse valor representa, a Linha 4 do metrô custou cerca de R\$ 10 bilhões.

No campo das telecomunicações, a Oi, se superando a cada semana com um serviço de baixa qualidade e uma dívida de cerca de R\$ 70 bilhões, conseguiu conquistar o pódio da irresponsabilidade. No dia 26/10, na reunião do Conselho de Administração, uma grave discussão entre Rafael Mora, representante dos portugueses da Pharol, e Nelson Tanure, representante da Societé Mondiale, quase se tornou uma agressão física. O próximo round ocorrerá nesta

quarta, dia 9/11, em nova reunião do Conselho.

Ao invés de discutir alternativas para tirar a empresa do buraco, o Conselho da Oi prefere o pugilato, quando deveria estar muito preocupado com as mudanças terríveis articuladas pelos (des)governos estadual e federal. Mas é querer muito desses senhores, que só pensam em colocar os dividendos nos bolsos.

Todas as medidas anunciadas levam à redução de consumo e impactam negativamente no uso dos serviços de telecomunicações. Vamos a dois exemplos:

1) aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) das telecomunicações. No Rio, a alíquota já é de 30%, ficando atrás apenas de Rondônia (37%) e Mato Grosso (32%). Quando combinado com PIS e Confins, representa cerca de 51% da conta. Cadê a Oi brigando contra esse absurdo? O usuário acabará pagando mais pelo uso das telecomunicações.

2) Banda larga popular. Em alguns estados do Brasil, a alíquota do ICMS sobre esse serviço é zero. Cadê a Oi brigando por isso? Aqui o cidadão de menor renda paga 30%, e agora, graças ao PMDB, pagará mais caro ainda.

Esse é o quadro desolador da mistura espúria do PMDB com a Oi. Uma química perversa e irresponsável que deve ser combatida no campo estadual e nacional. No caso específico da Oi, repetimos: a cada semana a situação se deteriora. Conforme preceitua o artigo 110, III, da Lei Geral de Telecomunicações, "poderá ser decretada intervenção na concessionária, por ato da Agência, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de má administração que coloque em risco a continuidade dos serviços". No entanto, a Anatel continua apoiando essa administração desastrosa.

Instituto Telecom, Terça-feira, 8 de novembro de 2016

07/11/2016 - Convergência Digital

29 milhões de linhas pré-pagas desligadas este ano, informa Anatel

O acesso pré-pago caiu 0,99%, ou 1,737 milhões de desconexões. No total, são 174,455 milhões de linhas nesse modelo de cobrança, representando 69,5% de toda a base brasileira. No ano, a queda já acumula 29,106 milhões de linhas, ou 14,30% de redução. Entre as razões para a queda estão a adoção de critérios mais rigorosos por parte das teles para a desconexão de linhas inativas, junto com o processo de consolidação de chips, por conta do lançamento de planos com preço único para chamadas on e offnet.

A base pós-paga, por sua vez, continuou a avançar em setembro, embora menos do que nos últimos

mês: 684,7 mil adições líquidas (0,90% de crescimento), totalizando 76,573 milhões de acessos, de acordo com relatório divulgado pela Anatel nesta segunda-feira, 7. No ano, o avanço foi 5,87%, ou 4,245 milhões de adições líquidas. Ainda é minoria no Brasil, entretanto, com menos de um terço do total da base móvel (30,50%).

Assim, mesmo que em passos curtos, o mix da base no País vem passando por uma lenta transformação, provavelmente pelo avanço da oferta de dados nos planos tipo controle.

Bruno do Amaral, Mobile Time, 7 de novembro de 2016

08/11/2016 - Vermelho

Com Temer, EBC vai voltar a comprar conteúdo da Globo

Durante os governos de Lula e Dilma, a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) estabeleceu como meta a ampliação de investimentos para a produção de conteúdo próprio, como forma de fortalecer a comunicação pública. Agora, sob a égide de Michel Temer, o diretor Laerte Rimoli disse que a EBC vai voltar a comprar conteúdo produzido pela rede Globo.

A informação foi publicada na coluna do jornal Estadão desta sexta-feira (4). A justificativa para tal retrocesso é que a programação "é mais barata e de qualidade". Rimoli esteve no Rio para encontro na emissora.

Temer parece querer pagar a conta do golpe, já que a Globo apoia o golpe.

Desde que assumiu o poder, Temer tem atuando para desmontar a EBC. Exonerou o diretor presidente,



que tinha mandato de quatro anos, destituiu o Conselho Curador, que era formado por profissionais da comunicação, pesquisadores e integrantes de movimentos sociais.

Também foram suspensos os contratos publicitários do governo com meios alternativos, que representam uma fatia irrisória do bolo da verba oficial, e cancelados diversos

programas. Os debatedores destacaram também a responsabilidade da empresa na pluralidade de vozes e opiniões nos seus veículos.

Ao dar voz a diversos segmentos da sociedade, diferentemente das emissoras da grande mídia, a EBC cumpre um papel importante para a democratização da comunicação, pois pauta suas ações na inclusão da juventude, dos negros, dos indígenas, dos quilombolas, etc. Esses grupos foram historicamente esquecidos pelos veículos privados.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Convergência Digital

Dívida da Oi com União deve ir para Justiça federal, diz Anatel

As dívidas da Oi com o setor público estão se mostrando uma encrenca à parte para a operadora. A própria discussão do valor efetivamente devido – divergência da ordem de R\$ 10 bilhões – se tornou um problema de competência jurídica. Para a Anatel, a principal credora no governo, o tema não pode mais ficar com a Justiça estadual do Rio de Janeiro.

“ Tem uma série de dificuldades. Primeiro, a questão do foro. Como a regulação é em nível federal, está sendo demonstrado pela Procuradoria Federal Especializada da agência que o foro necessário é federal, não estadual. Já houve manifestação da Justiça federal de que ela é competente para avaliar essa dívida. E tem a questão do valor da dívida, visto que ultrapassa o limite da competência da PFE da Anatel para falar nesse caso, porque sobe para o nível da Advocacia Geral da União”, disse o presidente da agência, Juarez Quadros.

Ao apresentar a relação de valores pendentes, a Oi listou R\$ 10,6 bilhões em dívidas com a Anatel. A agência, porém, rebateu os números, alegando que na verdade tem a receber muito mais, cerca de R\$ 20 bilhões. O juiz responsável pelo processo de recuperação judicial da Oi na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Fernando Viana, marcou para 16/11 uma audiência de conciliação. Mas é essa reunião que a agência entende deve ser promovida pela Justiça Federal.

A agência espera que essa discussão sobre competência se resolva antes da audiência marcada e enquanto isso admite estudar mudanças legais para garantir ser possível uma intervenção sobre toda a operação da Oi. Como admitira o ministro de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, na véspera, o objetivo é contornar potenciais limites a essa intervenção sobre aquelas atividades que

não fazem parte da concessão de telefonia.

A primeira ideia seria mudar a própria Lei Geral de Telecomunicações, mas como ela não pode ser alterada por MP, a análise é sobre mudanças na legislação sobre falências – ou mesmo um projeto de lei específico para tratar de temas de telecomunicações.

“ Há uma derivação de questões por conta de que existem processos de outras áreas de serviço de infraestrutura prestados mediante concessões e seria muito complexo tratar de amplitude muito maior que telecomunicações. Portanto a possibilidade de uma lei específica voltada somente para o setor de telecomunicações. Mas nada disso está concluído. Cabe aos ministros a decisão de ter ou não uma MP”, disse Quadros.

Assim como tem repetido o ministro Kassab, o presidente da Anatel voltou a afirmar que ninguém deseja dar esse passo. “ A intervenção não é a pretensão de governo. A pretensão é uma solução de mercado, um entendimento entre todas as partes interessadas. A intervenção será um remédio que cabe à Anatel praticar, mas não é essa a intenção”, sustentou nesta terça, 8/11. Ela aconteceria no caso de não haver acordo sobre as dívidas. “ A intenção é evitar uma eventual falência, porque aí a questão seria muito mais grave, uma vez que ela opera em 4,5 mil municípios, sendo que em 2 mil ela está sozinha”, completou.

Acontece que a falta de acerto pode ser dar com as dívidas públicas mesmo. A Oi deve cerca de R\$ 10 bilhões aos bancos públicos – BB, Caixa e BNDES – além dos R\$ 20,2 bilhões assinalados pela Anatel. E como lembram representantes da agência, são credores que não contam com a mesma capacidade de negociação dos privados, a quem é possível negociar reduções no valor a ser pago.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

08/11/2016 - Telesíntese

Anatel suspende voto e veto de Tanure e vai multar Oi em milhões de reais

A Anatel divulgou hoje, 8, a medida cautelar contra a Oi e o fundo Socièté Mondiale, braço acionário do empresário Nelson Tanure, suspendendo qualquer participação sua e de seus indicados nos conselhos de administração e na diretoria da operadora até que seja analisada a troca de controle acionário da empresa. Além disso, a Oi será multada em R\$ 50 milhões para cada reunião do conselho em que a Anatel comprovar que houve a participação desse novo sócio sem a sua autorização previa, além de outras medidas que poderão ser tomadas no futuro. “A cautelar foi publicada hoje, porque até então não se tinha informações de que os membros do Societé Mondiale estariam participando das deliberações do conselho da Oi. As evidências surgiram depois das notícias publicadas”, afirmou o superintendente de Competição, Carlos Baigorri.

A Anatel divulgou hoje, 8, a medida cautelar contra a Oi e o fundo Socièté Mondiale, braço acionário do empresário Nelson Tanure, suspendendo qualquer participação sua e de seus indicados nos conselhos de administração e na diretoria da operadora até que seja analisada a troca de controle acionário da empresa. Além disso, a Oi será multada em R\$ 50 milhões para cada reunião do conselho em que a Anatel comprovar que houve a participação desse novo sócio sem a sua autorização previa, além de outras medidas que poderão ser tomadas no futuro. “A cautelar foi publicada hoje, porque até então não se tinha informações de que os membros do Societé Mondiale estariam participando das deliberações do conselho da Oi. As evidências surgiram depois das notícias publicadas”, afirmou o superintendente de Competição, Carlos Baigorri.

Baigorri referia-se às informações publicadas na coluna de Lauro Jardim, de O Globo, que contou a briga de foice entre Tanure e Rafael Mora, representante dos portugueses da Pharol, na última reunião do conselho da Oi, do dia 26 de outubro, quando o bate boca quase virou briga de pugilistas. Tudo porque Tanure queria contratar a consultoria Falconi e a Pharol é contra.

Essas informações são as evidências que a Anatel estava esperando para evitar voo maior do grupo de Tanure na Oi. A agência estava já há algum tempo bastante incomodada e preocupada com o ingresso desse novo sócio na empresa que, na avaliação de diferentes fontes, não tem estrutura nem recursos suficientes para reerguer a Oi e estaria apenas agindo em seu próprio interesse.

Uma das lições que os investidores que já precisaram enfrentar a regulação da Anatel aprenderam é que a agência é muito ciosa de seu poder ex-ante no controle das asas dos sócios. Ela já impediu diversos grupos de agirem a seu bel-prazer, antes de sua liberação. É o que está fazendo agora.

Além de querer apurar, pretendendo condenar com mão pesada o passado, a Anatel vai também controlar as reuniões futuras. E decidiu que poderá mandar um representante seu em todas as reuniões do conselho, quando quiser. A cautelar não tem tempo para acabar. Só quando a agência julgar o pedido de anuência prévia, que foi feito em 26 de agosto pelo fundo e em 14 de setembro (após o acordo entre os sócios) pela Oi S.A.

A seguir as principais deliberações da cautelar

- Suspender das deliberações da Oi e suas controladas e coligadas o exercício do voto e veto dos novos membros do Conselho de Administração

- Vedar a participação no conselho desses representantes
- Vedar a participação na Gestão e Operação da Oi e de suas controladas e coligadas
- Determinar à Oi que notifique a superintendência a data de reunião de seu conselho, para que, em querendo, acompanhar a reunião
- Determinar que a Oi encaminhe cópia das atas da reunião de seu conselho da cópia das atas de seu conselho, a partir de agora
- Instituir multa de R\$ 50 milhões para cada reunião do conselho onde os indicados pelo fundo Socièté Mondiale participaram de decisão, em Pado.